Entretextos

ENTRETEXTOS. Londrina, v. 26, esp. 1, 2026.
ISSN 1519-5392 UEL
DOI: 10.5433/1519-5392.2026.v26.54943

Leia Paraná e Redação Paraná: privatização, plataformização e desafios à educação pública paranaense

Leia Paraná and Redação Paraná: privatization, platformization, and challenges facing public education in Paraná

Leia Paraná y Redação Paraná: privatización, plataformización y desafíos para la educación pública paranaense

Sabrina Teixeira[1]
0009-0003-5831-4993
Renata Peres Barbosa[2]
0000-0003-3545-2421
Daniela de Oliveira Pires[3]
0000-0002-6671-9195
Rafael Barros[4]
0000-0003-1363-7580

RESUMO: O artigo analisa o avanço da plataformização da educação pública no estado do Paraná, compreendendo-o como face de políticas de privatização. Ao tomar como objeto de análise as plataformas Leia Paraná e Redação Paraná, o trabalho objetiva problematizar e refletir sobre as implicações educacionais, políticas e pedagógicas decorrentes de sua implementação para o trabalho docente e para a formação dos estudantes da rede estadual. Parte-se de uma abordagem qualitativa de análise documental e revisão bibliográfica, cujo corpus foi constituído por contratos firmados entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e empresas responsáveis pelas plataformas, além de termos aditivos, documentos institucionais e informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação. Além disso, o referencial teórico fundamenta-se em autores que discutem a privatização, a plataformização da educação e o tecnossolucionismo, articulados a perspectivas críticas sobre currículo, leitura e escrita. Os resultados evidenciam que a adoção dessas soluções digitais, sustentadas por discursos tecnossolucionistas, amplia a influência de empresas privadas e *Big Techs* na gestão educacional, intensificando processos de padronização, monitoramento e controle pedagógico. Conclui-se que a plataformização reforça lógicas de

[1] Graduanda em Letras pela Universidade Federal do Paraná. sabrinateixeira@ufpr.br
[2] Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. re_pbarbosa@ufpr.br
[3] Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. danielapires@ufpr.br
[4] Mestre em Educação. Universidade Federal do Paraná. barros.rafael@escola.pr.gov.br

empresariamento da educação, desloca a centralidade do trabalho docente e produz impactos na autonomia pedagógica e na formação crítica dos estudantes, sobretudo no que diz respeito à leitura e escrita.
PALAVRAS-CHAVE: Platafomização da educação; Leia Paraná; Redação Paraná.

ABSTRACT: This article analyses the advancement of platformization in public education in the state of Paraná, understanding it as the face of privatization policies. Taking as object of analysis the platforms *Leia Paraná* and *Redação Paraná*, the objective of this article is to problematize the educational, political, and pedagogical implications of their implementation for teaching work and for the education of students in the state school system. This study adopts a qualitative approach and employs bibliographic research and documentary analysis as methodological procedures. The corpus consists of contracts established between the Paraná State Department of Education and the companies responsible for the platforms, contractual amendments, institutional documents, and information obtained through Brazil's Freedom of Information Law (*Lei de Acesso à Informação*). Besides, the theoretical framework draws on authors who discuss the privatization and platformization of education and techno-solutionism, articulated with critical perspectives on curriculum, reading, and writing. The findings indicate that the adoption of these digital solutions, supported by techno-solutionist discourses, expands the influence of private companies and Big Techs in educational management, intensifying processes of standardization, monitoring, and pedagogical control. The study concludes that platformization reinforces the corporatization of education, displaces the centrality of teaching work, and has significant impacts on pedagogical autonomy and the critical development of students, particularly with regard to reading and writing.
KEYWORDS: Platformization of education; *Leia Paraná*; *Redação Paraná*.

RESUMEN: El artículo analiza el avance de la plataformización y la privatización de la educación pública en el estado de Paraná, centrándose en las plataformas *Leia Paraná* y *Redação Paraná.* El objetivo es identificar y problematizar las implicaciones educativas, políticas y pedagógicas derivadas de su implementación para el trabajo docente y la formación de los estudiantes de la red estatal. El marco teórico se apoya en estudios sobre la privatización, la plataformización de la educación y el tecnosolucionismo, articulados con perspectivas críticas sobre currículo, lectura y escritura. La investigación adopta un enfoque cualitativo y emplea como procedimientos metodológicos la investigación bibliográfica y el análisis documental. El corpus incluye contratos celebrados entre la Secretaría de Estado de la Educación de Paraná y las empresas responsables de las plataformas, adendas contractuales, documentos institucionales e informaciones obtenidas mediante la Ley de Acceso a la Información. Los resultados evidencian que la adopción de estas soluciones digitales, sustentadas en discursos tecnosolucionistas, amplía la influencia de empresas privadas y *Big Techs* en la gestión educativa, intensificando los procesos de estandarización, monitoreo y control pedagógico. Se concluye que la plataformización refuerza la empresarización de la educación, desplaza la centralidad del trabajo docente y afecta la autonomía pedagógica y la formación crítica de los estudiantes, particularmente en lo que respecta a la lectura y la escritura.
PALABRAS CLAVE: Plataformización de la educación; *Leia Paraná; Redação Paraná*.

Introdução

As plataformas digitais constituem o arranjo sociotécnico de sistemas,

Licença CC BY 4.0

artefatos e práticas digitais que engendram a vida cotidiana contemporânea, a partir do qual vamos nos construindo, elaborando nossas subjetividades e administrando nossa presença no mundo globalizado. A ascensão das tecnologias digitais no cotidiano também dissolve incessantemente os limites tradicionais entre o que se conhece por lugar e espaço, produção e consumo, tempo síncrono e assíncrono, indivíduos e instituições (Selwyn, 2017; Van Dijck; Poell, 2018).

A digitalização do ensino, por sua vez, pode ser lida como uma manifestação das transformações produtivas que, com efeito, promovem a gamificação das relações de ensino-aprendizagem, nas quais o processo formativo passa a ser orientado por métricas de desempenho, e revela-se como uma nova forma de controle social por parte do Estado e de insumos para uma economia de dados (Israel, 2024). Assim, a plataformização se reveste, como qualquer iniciativa privada, de interesses particulares e disputas políticas que instauram novos modelos de oferta à educação (Silva; Couto, 2024).

No que se refere à plataformização da educação, a interferência do capital privado, mais especificamente das *Big Techs,* conduzidas pela razão neoliberal, vai gradativamente tomando conta da gestão da educação pública brasileira (Koch; Ripa, 2022). Esse processo se baseia não apenas na vigilância algorítmica de estudantes e docentes, mas também em uma padronização do ensino e na dissolução de um possível letramento digital crítico (Silva; Carolei, 2024), afetando a sociedade em múltiplas dimensões. Desse modo, no âmbito educacional, o neoliberalismo se orienta, hegemonicamente, por intermédio de um discurso de crise e fracasso da escola pública, e as plataformas têm sido usadas como ferramenta de solução técnica para esses problemas educacionais (Balieiro; Ferreira; Azevedo, 2023).

Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar o avanço do processo de privatização da educação pública do Estado do Paraná que ocorre mediado pelo avanço da plataformização. Ao tomar como foco de análise as plataformas Leia Paraná e Redação Paraná, busca-se identificar e problematizar as consequências educacionais, políticas, econômicas e ideológicas decorrentes de sua implementação, tanto para o trabalho docente na rede estadual de educação básica,

Licença CC BY 4.0

quanto para a formação dos estudantes. As duas plataformas são analisadas em paralelo, sob a hipótese de que constituem lógicas semelhantes de monitoramento e de padronização, no que diz respeito ao seu protagonismo nas aulas de Língua Portuguesa.

Assim, a pesquisa, sob uma perspectiva qualitativa, utilizou em primeiro plano a metodologia da pesquisa bibliográfica, tomando como referencial teórico autores que dialogam com a temática, a fim de estabelecer um paralelo crítico entre a plataformização e o atual cenário de precarização do ensino público paranaense. Em seguida, realizou-se uma análise documental, utilizando como fontes os contratos firmados entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (Seed-PR) e as empresas responsáveis pelas plataformas educacionais, bem como os termos aditivos e divulgações realizadas pela própria Secretaria em seus portais (informações atualizadas em julho de 2026). Além disso, o trabalho baseou-se em informações obtidas por meio do formulário de ouvidoria da Seed-PR e da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), via Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), nº 12.527 (Paraná, 2025)[5].

Tendo isso em vista, este estudo está organizado em quatro sessões: em primeiro plano, busca-se caracterizar o cenário de privatização e plataformização da educação pública, com ênfase em como esses processos se desdobram no estado do Paraná. Em seguida, faz-se uma radiografia do histórico de implementação e do funcionamento das plataformas Leia Paraná e Redação Paraná, considerando a análise dos documentos e da literatura. Por fim, estabelece-se um paralelo entre as plataformas e o cenário caracterizado, discutindo o impacto desses fenômenos no ensino de leitura e escrita na escola.

Formas de privatização da educação e seus desdobramentos na rede pública do Paraná

[5] As informações coletadas via Lei de Acesso à Informação, exploradas neste texto, estão organizadas por data e número de protocolo no seguinte link: https://docs.google.com/document/d/1bYgUTc8t-UlmqKja8_ChUERDe3nsU4lpX1_T98qIQuo/edit?usp=sharing

Licença CC BY 4.0

A privatização é aqui entendida como parte deste período particular do capitalismo, no qual se intensifica a diminuição dos direitos em decorrência do avanço do neoliberalismo, neofascismo e do neoconservadorismo[6]. A tecnologia está presente em todos esses domínios, incluindo em seus processos de luta e resistência. Com a chegada da era digital, destacamos o tecnossolucionismo como uma nova etapa do processo privatista. Essa perspectiva apresenta as tecnologias digitais como a solução definitiva para os problemas educacionais, ignorando a complexidade social e histórica desses desafios (Morozov, 2011).

A premissa defendida pelos setores do mercado é a de que a transformação digital é essencial para modernizar a educação, mas desconsideram as desigualdades estruturais promovidas pelo sistema capitalista. O tecnossolucionismo, por sua vez, deve ser compreendido de forma crítica, na medida em que promove um processo de despolitização do papel das tecnologias na educação, apresentando-as como neutras e desvinculadas de interesses econômicos e/ou políticos (Morozov, 2018; Selwyn, 2017). No entanto, na prática, essas ferramentas reforçam a hegemonia do capital ao instrumentalizar a escola para se adequar ao mercado digital. Organismos como o Banco Mundial e empresas como a Google, por exemplo, desempenham papel central nesse processo, promovendo currículos que priorizam competências técnicas e habilidades socioemocionais, enquanto marginalizam a formação crítica e reflexiva (Morozov, 2018; Srnicek, 2018).

Sob a lógica do tecnossolucionismo, os currículos são adaptados às demandas do mercado global, enfatizando competências como pensamento computacional e habilidades socioemocionais, como adaptabilidade e criatividade

[6] Partimos da concepção de que o contexto atual vivenciado no cenário nacional não se configura isoladamente, estando inserido em uma conjuntura ampla de avanço do neoliberalismo, aqui compreendido como conjunto de políticas econômicas de caráter privatizante de diminuição e transferência das funções do Estado ao Setor Privado Mercantil, representado no contexto desta pesquisa pelas *Edtechs*. Compreende-se ainda, que a conjuntura do avanço do neoliberalismo se dá mediante adoção de princípios políticos de caráter impositivos e antidemocráticos, caracterizado por Boito (2019) como neofascismo. Nessa mesma direção, compreendemos, assim como Peroni (2020, p. 6), que a construção do discurso em torno de "uma moralidade infalível como cimento social" colonizam o discurso político, direcionando ideologicamente as decisões no sentido do atendimento aos interesses da classe hegemônica, caracterizando o que aqui se compreende como neoconservadorismo.

Licença CC BY 4.0

(Israel, 2025). Essas propostas, embora apresentadas como essenciais para o século XXI, moldam os indivíduos para se adaptarem às condições de precariedade e instabilidade do capitalismo contemporâneo (Mészáros, 2008; Alves, 2023), distanciando a formação educacional da construção de uma sociedade democrática que permita o questionamento das contradições do sistema capitalista.

Assim, é necessário abordar como as soluções digitais intensificam a alienação dos processos educativos e do trabalho docente, tal como revelam estudos acerca da utilização de material didático padronizado e replicado, controle pedagógico e da gestão, avaliação e monitoramento (Pasani, Silva, 2024; Peroni, 2020, 2021), os quais denunciam essa visão instrumental da educação na qual o sucesso é medido por metas predefinidas e indicadores quantitativos (Rikowski, 2017). Desse modo, embora apresentada como inovadora, a transformação digital da educação representa uma continuidade das práticas privatistas.

As formas gerenciais de gestão por resultados e de plataformização contribuem para o avanço da privatização dos processos educacionais e precarização do trabalho docente, uma vez que “quando são privatizadas, as atividades, processos e formas pedagógicas envolvidas na produção de força de trabalho também, essas são necessariamente privatizadas” (Rikowski, 2017, p. 396), implicando as condições de ensino e aprendizagem, as políticas de currículo e o direito à educação de forma mais ampla. Logo, no contexto de crise e de reestruturação do capital, “o financiamento estatal da educação aparece como uma fonte tentadora para sugar dinheiro público” (Rikowski, 2017, p. 398), chamando a atenção de gigantes da *Big Data* e *Edtech.*

No que se refere à educação pública do estado do Paraná, com o governo de Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Júnior), nos anos de 2019 a 2026, e sobretudo durante a gestão do ex-secretário da educação, Renato Feder, observam-se processos de militarização, privatização e plataformização. Renato Feder, administrador de empresas, professor e empresário brasileiro, atuou como Secretário de Educação do Paraná de 2019 a 2022. À frente da Seed-PR, implantou na rede estadual de ensino uma série de plataformas que terceirizam, privatizam e transformam a educação em uma mercadoria comercializável.

Licença CC BY 4.0

Com a justificativa de que o Paraná seria pioneiro na utilização da plataforma para tomadas de decisão relacionadas à educação, Feder implementou o uso da plataforma *Business Intelligence* – BI, da Microsoft, para gerenciar o uso, a funcionalidade e os resultados obtidos pelas escolas de todo o estado em seus programas, incluindo o controle do número de acessos às plataformas da Seed-PR. No entanto, os dados são analisados pelas tutorias pedagógicas e equipes da gestão escolar e então traduzidos em cobranças, à vista de gradativa eficiência (Pasini; Silva, 2024).

Mesmo não havendo regulamentação que implique a obrigatoriedade do uso de tais plataformas, é preciso evidenciar a existência do decreto nº 7943/2021 (Paraná, 2021), que estabelece os critérios, competências e atribuições para a escolha e designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Pública Estadual de Educação Básica. De acordo com o documento, esses profissionais devem, além de controlar a frequência dos estudantes e manter uma metodologia de observação de aulas, também assegurar o uso da Plataforma Redação Paraná, sendo que cada estudante deve enviar à correção na plataforma pelo menos três redações por trimestre. O não cumprimento de uma dessas competências implicará o afastamento do cargo de diretor ou diretor auxiliar. Logo, trata-se de uma obrigatoriedade induzida.

Parte-se, portanto, do argumento de que, neste período particular do capitalismo de padronização, individualização e meritocracia, em que o processo de digitalização é apresentado como um solucionismo tecnológico, há um controle do empresariado frente às propostas de educação, materializadas em plataformas digitais. Isto é, por trás do discurso de tecnologização do ensino público paranaense, a Seed-PR permanece financiando contratos com empresas privadas, ancorada em tecnossolucionismos, os quais revelam implicações diretas para o trabalho docente. A seguir, a pesquisa se concentra na caracterização das empresas responsáveis pelas plataformas de Língua Portuguesa do estado: a Leia Paraná e a Redação Paraná.

Leia Paraná: a Netflix da educação

Licença CC BY 4.0

A plataforma Leia Paraná resulta da articulação entre a empresa brasileira Soluções SophiA, com foco na gestão de instituições educacionais e bibliotecas, e a *Ed-Tech* espanhola Odilo, startup criada em 2011, especializada em bibliotecas digitais inteligentes e plataformas de leitura e escrita. O *software* Sophia Biblioteca, desenvolvido pela Soluções SophiA, oferece ferramentas de gestão e análise de dados bibliotecários e permite integração com provedores de conteúdo digital, entre os quais a Odilo. A combinação entre a gestão do Sophia Biblioteca e os conteúdos digitais da Odilo viabilizou a criação de plataformas personalizadas como a Leia Paraná. Vale destacar que a Odilo enfrentou, em 2024, denúncias de supostas fraudes contábeis e fiscais movidas por fundos de investimento contra a família fundadora (Sánchez, 2024), ainda sob apuração pelo Ministério Público, o que resultou no afastamento temporário de seu *CEO*, sem comprovação definitiva das acusações até o momento (julho de 2026).

De acordo com Feder (2023), o que torna a Odilo diferente de outros acervos é seu *layout*, consideravelmente atrativo para crianças e jovens. Isto é, a interface e funcionamento da Odilo recuperam a semiótica da plataforma de *streaming* Netflix, na qual o usuário navega por um catálogo de obras cinematográficas, enquanto a plataforma utiliza seus dados de navegação para sugerir e priorizar determinadas obras. A ênfase está na coleta de dados, na criação de relatórios e na execução de ações pedagógicas automatizadas. Dessa maneira, todo o conteúdo consumido pelo estudante é registrado, junto aos seus hábitos de aprendizagem, na plataforma, fato que a empresa denomina “poupagem de tempo e recursos” para as instituições (Odilo, 2023). No Leia Paraná, o objetivo é “fomentar o gosto pela leitura, desenvolver competências leitoras, fortalecer o hábito de ler nas diferentes áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da cultura digital” (Paraná, 2023b).

O contrato estabelecido entre a Seed-PR e a Primasoft Informática Ltda. (atual Soluções SophiA), de número 5671/2022 (Paraná, 2022), referente à plataforma de leitura Odilo, deu-se no dia 21/11/2022. Após uma série de termos aditivos (Paraná, 2025), o contrato, que estava inicialmente previsto para encerrar

Licença CC BY 4.0

em novembro de 2024, atualmente (julho de 2026) se estenderá até novembro de 2026. Em consulta à Seed-PR sobre a possível renovação do contrato (05/05/2025, protocolo 78779/2025), a resposta recebida foi de que não há previsão de interrupção do Programa Leia Paraná.

De acordo com o termo de contrato (Paraná, 2025), a empresa contratada Prima Softwares fará a prestação de Serviço de Acesso à Plataforma de Leitura Odilo, no modelo SaaS (*Software as a Service*, que permite aos usuários se conectarem e usarem aplicativos baseados em nuvem pela Internet). Além disso, disponibilizará conteúdos digitais como fomento à leitura e fará acompanhamento do desenvolvimento desta competência e da aprendizagem para até 1.000.000 (um milhão) de usuários. O contrato, além de prever um acréscimo de 6% ao valor anual, também afirma que a Dotação Orçamentária 4101.12.126.05.6464 (Modernizar a Infraestrutura e Fomentar a utilização de Novos Recursos Tecnológicos Educacionais) é a responsável pela despesa referente à contratação, que dependerá inicialmente de recursos provindos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE e, posteriormente, do Salário-Educação. O custo mensal previsto era de R$331.666,00, que totalizava, até 2024 (previsão inicial de final do contrato), no valor de R$7.959.984,00 (Paraná, 2025). Atualmente (julho de 2026), o valor total do contrato é de R$19.365.478,57, aproximadamente 143,29% superior ao valor estipulado no primeiro termo contratual.

Além dos valores envolvidos, uma das características centrais do contrato é o fato de sua contratação ter ocorrido por inexigibilidade de licitação. Isto é, a PrimaSoft foi, de acordo com a argumentação da equipe da Seed-PR responsável pelo fechamento do contrato, a empresa mais adequada, por exclusividade, para desenvolver o Leia Paraná. Nesse sentido, é exigido, pela Lei nº 14.133/2021 (nova lei de licitações) – Art. 72, inciso III (Brasil, 2021), um parecer jurídico que contemple as justificativas e argumentos formais desse tipo de contratação, e que seja disponibilizado publicamente em sítio eletrônico oficial, acompanhado de todos os documentos que instruem o processo de contratação direta.

Logo, o parecer jurídico que sustentou o contrato por inexigibilidade foi requisitado via Lei de Acesso à Informação à ouvidoria da Seed-PR (16/07/2025,

Licença CC BY 4.0

protocolo 124855/2025). Com caráter opinativo, o documento, elaborado pela Procuradoria Geral do Estado, afirma que a competição entre empresas, neste caso, foi inviável, considerando as peculiaridades do serviço a ser disponibilizado, em comparação com a especificidade da necessidade pública a ser atendida. Denominada, então, solução de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), a PrimaSoft possui preço considerado "dentro de padrões praticados pela contratada com outros contratantes" e foi caracterizada no documento em relação a dois eixos: exclusividade e vantajosidade. Quanto ao primeiro, afirma-se que apenas a Odilo atende às necessidades da Seed-PR, por ser a única plataforma que, além de oferecer um catálogo, permite gestão de leitura e a personalização com títulos próprios da rede. Quanto ao segundo, destaca-se que a plataforma promove o "acesso democrático" a conteúdos digitais e possibilita o acompanhamento detalhado do desempenho dos estudantes, por meio de relatórios mensais com métricas como horas de leitura, títulos lidos, idiomas e atividades para avaliar a compreensão dos alunos.

Redação Paraná: a escrita para o mundo do trabalho

A plataforma "Redação Paraná" foi idealizada pelo ex-Secretário de Educação Renato Feder no início de 2020 e desenvolvida pela Diretoria de Tecnologia e Educação do Estado, com uma equipe de seis programadores e um prazo de cinco meses (Feder, 2023). Apesar de ter sido lançado no ano de 2020, durante a pandemia, a Redação Paraná só foi ampliada e disponibilizada para toda a rede estadual de ensino no ano de 2021. De acordo com Feder (2023), a plataforma surgiu da necessidade das escolas estaduais promoverem aos estudantes o letramento digital necessário para a vida em sociedade. Além disso, segundo o ex-secretário, o que impulsionou a criação da plataforma foi seu questionamento acerca da relevância das redações manuscritas na contemporaneidade, as quais considera "ultrapassadas" e "contraproducentes", já que o aluno "perde um tempão escrevendo à mão" (Feder, 2023, p. 126).

Conforme afirma a Seed-PR, esta ferramenta tecnológica busca desenvolver

Licença CC BY 4.0

“tanto a parte escrita, como o desenvolvimento de ideias e argumentação no texto, visando a alcançar melhores resultados em futuras redações e avaliações externas, como o ENEM e vestibulares em geral” (Paraná, 2023c). Desse modo, a plataforma, que pode ser acessada apenas por professores e alunos (do Ensino Fundamental II e Ensino Médio) da rede estadual de ensino, consiste no uso de Inteligência Artificial (IA) para corrigir textos e também na utilização de conteúdos disponibilizados aos professores no RCO+Aulas (Registo de Classe Online + aulas) para a elaboração de propostas de produções textuais. A IA, nesse sentido, corrige a estrutura da língua (40%) e o professor fica responsável por corrigir a parte discursiva e subjetiva da redação (60%) (Paraná, 2023d). Logo, o professor “não vai precisar perder tempo observando questões gramaticais ou tentando decifrar garranchos” (Feder, 2023, p. 129).

Até junho de 2025, não era pública a informação sobre a participação ou não do setor privado no que se refere à ferramenta de IA utilizada na plataforma Redação Paraná. Com o protocolo 124855/2025 (06/08/2025), passou-se a saber que, a partir do segundo semestre de 2025, aproximadamente cinco anos após o início do funcionamento da plataforma nas escolas, foi implementada a ferramenta de IA da empresa Google, a *Large Language Model* (LLM) *Gemini* 2.5. Anteriormente, e ainda em uso, utilizava-se o motor de correção Language Tools, uma ferramenta de código aberto responsável pela correção gramatical, lexical e semântica das redações. O Gemini, como afirmou a Seed-PR via ouvidoria, complementa essa análise, fornecendo *feedbacks* detalhados com base nas rubricas do ENEM, além de realizar a validação prévia da fuga ao tema e do cumprimento das diretrizes de direitos humanos.

De acordo com o site oficial da Google Cloud, a parceria com a Seed-PR busca direcionar o tempo do professor para um ensino mais individualizado, reduzindo o tempo dedicado às chamadas "tarefas burocráticas", relacionadas ao acompanhamento das produções textuais (Cloud, 2025). Segundo a Seed-PR, o Termo de Acordo firmado entre as instituições não gerou custos para a Secretaria (protocolo 124855/2025, 06/08/2025). Nessa perspectiva, a implementação do Gemini é apresentada como um recurso que fornece *feedbacks* personalizados aos

Licença CC BY 4.0

estudantes e reduz o tempo de correção, permitindo ao professor concentrar-se no acompanhamento de alunos com maiores dificuldades de escrita. Nas palavras do Diretor do setor de Tecnologia responsável pelo desenvolvimento da Redação Paraná, Cláudio de Oliveira, essa novidade “permite que o professor foque o seu trabalho em alunos que possuem dificuldade de escrita ao invés de gastar energia nas correções de textos” (Cloud, 2025).

Plataformização, leitura e escrita: implicações pedagógicas do Leia Paraná e do Redação Paraná

A análise a seguir a respeito do Leia Paraná e do Redação Paraná permite evidenciar, em nível pedagógico, como a plataformização da educação pública no Paraná incide sobre práticas de leitura e escrita, deslocando a centralidade do trabalho docente para as técnicas e moldando o processo formativo dos estudantes.

No que se refere ao Leia Paraná, destaca-se que as informações sobre o acervo bibliográfico e os critérios de seleção de obras do Leia Paraná, obtidas via Lei de Acesso à Informação, revelam que, embora a Secretaria de Estado da Educação (Seed-PR), em suas respostas via ouvidoria, justifique a escolha das leituras com base em critérios pedagógicos e literários (protocolo 46338/2025, 17/03/2025), a prática efetiva aponta para uma lógica de padronização e controle, coerente com os processos de mercantilização e empresariamento da educação, como apontam as discussões a seguir.

De acordo com a Seed-PR (protocolo 78779/2025, 05/05/2025), a plataforma fortalece o desenvolvimento das competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em especial aquelas relacionadas à leitura, à produção textual, ao pensamento crítico e à competência Cultura Digital da BNCC. Diante deste cenário, outro contato com a Seed-PR foi feito, via ouvidoria, no dia 16/06/2025 (protocolo 124855/2025), para questionar o que motivou e que critérios embasaram a escolha de apenas alguns dos 4 milhões de títulos sob domínio da Odilo e também dos livros de domínio público de posse da Seed-PR, que resultam em apenas 122 livros na plataforma (junho de 2025). Questionou-se também sobre o investimento anual na aquisição de livros impressos e na manutenção de bibliotecas, tendo em

Licença CC BY 4.0

vista o vasto arcabouço financeiro investido na biblioteca digital da Odilo. Nenhuma resposta foi obtida até o presente momento da pesquisa.

Observa-se, partindo das informações coletadas via ouvidoria, que o excesso de autonomia fornecida ao estudante na escolha de suas leituras na plataforma dissolve a importância do professor de literatura, cuja responsabilidade é de selecionar textos específicos diante dos diagnósticos de leitura feitos a partir da análise da sala de aula e dos interesses dos alunos. Isto é, a plataforma, ao considerar o discurso utilizado pela Seed-PR e pela Odilo, substitui o professor na mediação e na seleção de textos, assumindo centralidade no desenvolvimento de competências críticas referentes à leitura, o que resulta no apagamento docente e discente frente aos processos de letramento. Este fato, quando somado à reduzida variedade de obras literárias presentes na plataforma, pode comprometer o processo crítico de aprendizagem das competências de leitura, uma vez que tais obras se distribuem, inclusive, em eixos temáticos que protagonizam livros associados à grande mídia, *best-sellers* e uma série de livros de autoajuda e de inteligência emocional, que acentuam o discurso empreendedor e a pressão por desempenho e eficiência.

A estruturação de um *layout* ‘netflixiano’, segundo a empresa, toca o inconsciente coletivo dos estudantes, seus afetos e imaginários, à medida que atribui à leitura um momento de lazer parecido àqueles proporcionados pelo *streaming*. A escolha desse *layout* pela Odilo e a consequente escolha dessa empresa pela Seed-PR via inexigibilidade promovem, com efeito, interesses empresariais, na tentativa de conquistar o público jovem por meio da gamificação da educação. Jader Fontoura de Moraes, em sua pesquisa “Sentidos produzidos pelo sistema de recomendações na interface cultural da Netflix” (2021), afirma que a escolha da linguagem das interfaces culturais — interfaces que se conjugam a informações culturais — é feita a partir de outras formas culturais já familiares ao usuário, com o objetivo de promover conforto e dependência, enquanto processos algorítmicos de manipulação de dados ocorrem no rastreio dos movimentos do usuário na plataforma.

A gamificação da leitura, no entanto, entra em desacordo com a importância

Licença CC BY 4.0

do ócio no ato de ler, levantada por Chartier (1998), em oposição à tamanha exposição do estudante contemporâneo a estímulos provocados pela realidade plataformizada em que vive. Isto é, o autor ressalta não apenas a importância da leitura em voz alta na noção de comunidade e pertencimento, mas também da leitura silenciosa, feita em um espaço público como a escola: ela é realizada em um espaço coletivo, mas, ao mesmo tempo ela é privada, promovendo intercâmbio, na proximidade e no convívio, sobre aquilo que é lido. Com o texto digital, entretanto, o leitor corre o risco de se separar de toda forma de espaço comunitário (Chartier, 1998), em consonância direta e indireta com as dimensões neoliberais discutidas anteriormente.

Destacam-se também no Leia Paraná os exercícios disponibilizados no meio da leitura dos livros, que são de múltipla escolha, do tipo certo ou errado, verdadeiro ou falso, a fim de avaliar e metrificar a leitura. Dessa maneira, respostas sobre quais parâmetros didáticos foram adotados para estabelecer a dinâmica de leitura com pausas intervaladas foram também questionadas à Seed-PR via ouvidoria (protocolo 124855/2025, 16/06/2025) e nenhuma foi obtida até o presente momento da pesquisa. No entanto, é necessária a investigação sobre esses dados, tendo em vista que as informações coletadas, além de comporem o banco de dados para gestão e controle dos processos (e tempos) de leitura dos estudantes, também limitam o processo de aprendizagem: como se avalia “análise crítica” com apenas uma resposta correta? (Telles *et al*, 2023).

Isto é, para além da decodificação textual, uma perspectiva crítica do ensino de literatura, como a defendida pela Seed-PR para a adoção da plataforma, deve ser pautada na noção de multiletramento, que estende a noção textual de letramento para os múltiplos tipos de comunicações de significado nas práticas cotidianas (Marcuschi, 2002), e esse movimento, porém, não caracteriza a plataforma, apenas seu discurso publicitário. Logo, a autonomia limitada do estudante, associada ao limitado trabalho de compreensão textual promovido pelo Leia Paraná, impacta diretamente na aprendizagem da leitura que, segundo Chartier (1998), precisa resultar progressivamente no encontro de textos mais capazes de transformar a visão do mundo, as maneiras de sentir e de pensar.

Licença CC BY 4.0

Em relação ao Redação Paraná, partiremos das informações coletadas via ouvidoria, citadas ao longo do trabalho: a plataforma foi pensada para enfrentar problemas de letramento referentes ao período pandêmico, e não foi desenvolvida com acompanhamento direto de profissionais da linguagem; além disso, ao fornecer soluções para problemas referentes ao letramento de estudantes da rede estadual, pretende partir da abordagem interacional da linguagem.

Em primeiro lugar, em contraposição ao respaldo teórico interacionista levantado pela Seed-PR nas respostas via ouvidoria, sabe-se que a plataforma inviabilizou a interação do professor com o texto, destacando trechos ou fazendo apontamentos, dinâmica fundamental no acompanhamento processual do estudante (Ruiz, 2010), até junho de 2025. No entanto, mesmo após as mudanças supracitadas referentes à implementação da ferramenta Gemini, a plataforma continua a privilegiar a correção feita por IA (Basso, 2024) em relação à correção dos professores, e a implementação da ferramenta aumentou, como se pressupõe no discurso de divulgação da parceria Seed-PR-Google (Cloud, 2025), a busca por produtividade e desempenho. Tais fatores, associados à dinâmica não-corporal, distanciada e passiva de escrita dos estudantes na plataforma digital em relação à escrita à mão (Chartier, 1998), produzem um distanciamento dos discentes em seu processo de aprendizagem, sem mencionar, ademais, os problemas de acesso aos computadores, como a falta de equipamentos e a baixa velocidade da internet disponível nas escolas estaduais do Paraná.

Assim como no Leia Paraná, o programa Redação Paraná também descaracteriza o papel do professor. Sob esse viés, Ruiz (2010) afirma a importância da maneira como é corrigido o texto do aluno, no que se refere à interlocução entre aluno-produtor, professor-corretor e aluno-revisor: à medida que essa interlocução é bem estabelecida, confere-se ao estudante uma noção global de texto e do processo intrínseco à sua elaboração, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas à escrita. Porém, a plataforma, ao privilegiar o uso de ferramentas mecanizadas de correção e não da técnica e da subjetividade dos professores, reproduz também certas ideologias que a constituem. Isto é, conferir um caráter objetivo e solucionista a esses recursos é naturalizá-los, contribuindo para a

Licença CC BY 4.0

constituição de um novo ethos maquinal e para o estabelecimento de uma “ética rasa” (Zuin, 2021).

Ao final, a concepção de texto na plataforma é equiparada a um produto pré-existente, uma forma, um molde, fato que não está dissociado das ideologias neoliberais supracitadas, próprias do uso empresarial e instrumental da educação. O processo de correção das produções textuais do Redação Paraná tende a considerar, mesmo com o uso de IA complexa, a produção escrita como unilateral. Nesse sentido, sob a perspectiva da teoria dialógica de Bakhtin (Fiorin, 2011), em complemento às contribuições de Ruiz (2010), compreende-se que leitor e escritor participam ativamente dos processos de construção de sentidos, produzindo respostas singulares, plurais e situadas historicamente. Nas plataformas analisadas, por outro lado, o que se observa é não somente uma concepção estruturalista da linguagem, mas também que ambas integram uma mesma política educacional, pautada por lógicas semelhantes de monitoramento e de padronização.

Considerações finais

Concluímos que a privatização é constitutiva de uma correlação de forças entre projetos societários em disputa (Peroni, 2020, 2021) e, neste caso, a digitalização está inserida em um projeto mais amplo de naturalização das desigualdades sociais e econômicas, legitimando a dominação ideológica do capital e reduzindo a educação pública a um instrumento de adaptação às demandas do mercado (Srnicek, 2018).

A tecnologia é apresentada superficialmente como fetiche/solução, no entanto, está inserida em um movimento do próprio capitalismo de austeridade e retirada de direitos sociais, com a intensificação/precarização do trabalho, travestido de meritocracia e mais individualização. Na educação, a plataformização intensifica os processos de padronização e vigilância, que resultam em uma educação massificada e contraditória em relação ao que se espera do trabalhador, em um período em que a reestruturação produtiva requer sujeitos com capacidade criativa e resolução de problemas.

O recorte pedagógico das plataformas analisadas evidenciou implicações

Licença CC BY 4.0

diretas no empresariamento da educação pública paranaense frente às questões de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. É importante ressaltar, no entanto, que o campo da análise pedagógica da plataformização é vasto e, tendo em vista a implementação recente das plataformas no estado e o consequente número reduzido de trabalhos publicados sobre a temática, destaca-se a urgência do olhar investigativo atento a tais lacunas.

Além disso, o atual cenário de plataformização da educação pública paranaense revela o fetichismo da inovação tecnológica pela Seed-PR, visto a centralidade de políticas educacionais tecnossolucionistas nas políticas educacionais implementadas. Essa dinâmica representa um deslocamento de importâncias, próprio dos processos de instrumentalização da educação: foca-se não na aprendizagem dos alunos ou nas ações desenvolvidas pelos docentes, mas no uso de instrumentos tecnológicos para a obtenção de resultados e bons desempenhos que podem ser medidos, quantificados e monitorados pelas plataformas digitais. Diante da precarização, neste caso, do ensino de leitura e escrita, ocorre uma rápida e simplista comercialização da educação, por via de negócios multimilionários.

Por fim, cabe ressaltar que esse processo incide diretamente sobre os desafios contemporâneos do trabalho docente e da formação da juventude. Ao reduzir a autonomia pedagógica, deslocar a centralidade do professor e mercantilizar dimensões fundamentais da aprendizagem, as plataformas comprometem tanto a valorização profissional quanto a possibilidade de uma formação crítica e omnilateral dos estudantes. Nesse sentido, resistir às lógicas tecnossolucionistas e às formas de privatização indireta é também afirmar a necessidade de fortalecer a escola pública como espaço de emancipação, produção de conhecimento e construção democrática de futuros possíveis.

Referências

ALVES, G. O Triunfo de Tanatos: Hipnocapitalismo e sociometabolismo da barbárie. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 21, n. 44, 2023. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57714. Acesso em: 3 jul. 2025.

Licença CC BY 4.0

BALIEIRO, L. T.; FERREIRA, N. L.; AZEVEDO, M. L. de. O avanço neoliberal em uma cultura plataformizada: onde fica a subjetividade da educação? *Revista Cocar*, Belém, v. 19, n. 37, 2023. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7615. Acesso em: 19 dez. 2025.

BASSO, M. Ao invés de docentes de língua portuguesa, governo do Paraná adota "Tutor IA" para ensinar redação. *Plural*, Curitiba, 20 mar. 2024. Disponível em: https://www.plural.jor.br/educacao/ao-inves-de-docentes-de-lingua-portuguesa-governo-do-parana-adota-tutor-ia-para-ensinar-redacao/. Acesso em: 1 set. 2026.

BOITO JR., A. A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista. *A Terra é Redonda*, 17 out. 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 abr. 2021.

CHARTIER, R. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

CLOUD, G. *Secretaria de Educação do Estado do Paraná impulsiona a fluência escrita de alunos com IA do Google Cloud*. Curitiba: Google Cloud, 2025.

FEDER, R. *Educação para o futuro*: o passo a passo para construir uma gestão educacional focada em resultados. 2. ed. São Paulo: Gente, 2023.

FIORIN, J. L. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2011.

ISRAEL, C. B. Do trabalho digital ao ensino plataformizado: reflexões sobre os impactos do neoliberalismo digital. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 63, p. 183–220,

Licença CC BY 4.0

2025. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3688. Acesso em: 19 dez. 2025.

ISRAEL, C. B. Plataformização do ensino no Paraná: a privatização via neoliberalismo digital. *In*: DENEZ, C. C. *et al*. (org.). *Política educacional paranaense*: a transformação da escola pública em mercadoria. Paranavaí: Unespar, 2024.

KOCH, E. M.; RIPA, R. A educação e a barbárie dos dados: reflexões teórico-críticas sobre a plataformização do ensino no Brasil. *In*: CIET:CIESUD, 2022, São Carlos. *Anais* [...]. São Carlos: UFSCar, 2022. Disponível em: https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2185. Acesso em: 19 dez. 2025.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MORAES, J. F. de. *Sentidos produzidos pelo sistema de recomendações na interface cultural da Netflix*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

MOROZOV, E. *Big Tech*: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MOROZOV, E. *To save everything click here*: the folly of technological solutionism. New York: Public Affairs, 2011.

ODILO. *Crie o seu próprio Ecossistema de Aprendizagem Ilimitada*. São Paulo: Odilo, 21 dez. 2023.

PARANÁ. Governo do Estado. *Portal da Transparência*: Contrato nº 5671/2022. Curitiba: Controladoria Geral do Estado, 2022. Disponível em: https://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pages/compras/contratos/detalhamentos/detalhamento_contrato_gms?windowId=5fe. Acesso em: 1 set. 2026.

PARANÁ. Secretaria de Educação. *Acesse a plataforma Leia Paraná e confira as possibilidades de leitura*. Curitiba, 5 abr. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Educação. *Alunos da rede estadual publicam livros escritos com o apoio da plataforma Redação Paraná*. Curitiba, 27 jan. 2023.

Licença CC BY 4.0

PARANÁ. Secretaria de Educação. *Para auxiliar alunos nos vestibulares e Enem, plataforma Leia Paraná ganha novos títulos*. Curitiba, 8 ago. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Dados transparência/SEED 2025*. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1bYgUTc8t-UlmqKja8_ChUERDe3nsU4lpX1_T98qIQuo/edit?tab=t.0. Acesso em: 31 ago. 2026.

PASINI, J. F. S.; SILVA, I. G. Plataformização da Educação no Estado do Paraná: Caminhos para a Padronização do Trabalho Pedagógico. *Revista Pleiade*, Foz do Iguaçu, v. 18, n. 43, 2024. Disponível em: https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/1019. Acesso em: 19 dez. 2025.

PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/?lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2025.

PERONI, V. M. V. (org.). *Relatório Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação na América Latina*: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393–414, 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810. Acesso em: 10 jul. 2025.

RUIZ, E. D. *Como Corrigir Redações na Escola*: uma proposta textual interativa. São Paulo: Contexto, 2010.

SÁNCHEZ, S. El "Netflix de la educación" contra las cuerdas: la Fiscalía investiga a Odilo por falsear las cuentas. *El Economista*, Madrid, 2 set. 2024. Disponível em: eleconomista.es. Acesso em: 1 jul. 2026.

SELWYN, N. Educação e tecnologia: questões críticas. *In*: FERREIRA, G. M. S.; ROSADO, L. A. S.; CARVALHO, J. de S. (org.). *Educação e tecnologia*: abordagens críticas. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

SILVA, N. A. G. da; CAROLEI, P. Plataformização da educação pública: desafios para autonomia docente e inclusão discente. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2024. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/84769. Acesso em: 19 dez. 2025.

Licença CC BY 4.0

SILVA, P.; COUTO, E. S. Plataformização da aprendizagem e o protagonismo de humanos e não humanos nas práticas pedagógicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/39146. Acesso em: 19 dez. 2025.

SRNICEK, N. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

TELLES, R. P. de S.; WACHOWICZ, T. C.; LESCHNHAK, M.; COSTA, M. I.; TEIXEIRA, V. V. *Plataformas digitais e o ensino de português no Paraná*. Curitiba: UFPR, 2023.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. Social media platforms and education. *In*: BURGESS, J.; MARWICK, A.; POELL, T. (org.). *The SAGE Handbook of Social Media*. London: SAGE Publications, 2018.

ZUIN, A. A. S. Inteligência Artificial e formação danificada: aprendizagem profunda e ética rasa entre professores e alunos. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. 1–22, e80158, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/N3RTmG6XkFTHFhbm4LcfCMy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 dez 2024.

Recebido em: 02 abr. 2026.
Aprovado em: 06 ago. 2026.

Revisor(a) de língua portuguesa: Diego Paulo Ambrozio
Revisor(a) de língua inglesa: Thaís Machado de Paiva
Revisor(a) de língua espanhola: Laura Marques Sobrinho

Licença CC BY 4.0